

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.964 - RS (2019/0224465-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ELONI MOHR
ADVOGADOS : DELANO MIGUEL MACHRY - RS038784
FERNANDO LUCAS MAYER - RS085817
AGRAVADO : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS : PAULO CESAR DA ROSA GÓES - RS077330A
ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RS083593A
RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DISPOSITIVO VIOLADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ELONI MOHR, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "a", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Em suas razões, a parte recorrente infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 263/274).

No recurso especial, a recorrente alega ofensa ao artigo 55, § 3º, do Código de Processo Civil/2015.

Defende, em síntese, que *"considerando a conexão entre a busca e apreensão e ação revisional, face tratar-se do mesmo objeto, ambos os feitos deveriam ter sido reunidos antes da prolação da decisão de fl. 23 que deferiu a liminar de busca e apreensão, pelo que referida decisão reveste-se de total nulidade"* (e-STJ Fl. 194).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Quanto à apontada violação ao art. 55, § 3º, do Código de Processo Civil/2015, o recurso especial não pode ser conhecido, pois, sobre a matéria de que tratam essas normas, não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 211/STJ.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Advirta-se que a apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator